

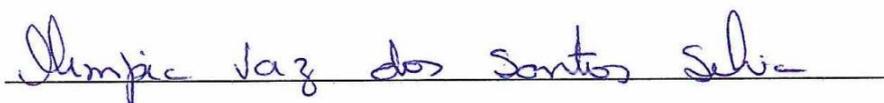


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -
*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na
Modalidade a Distância*

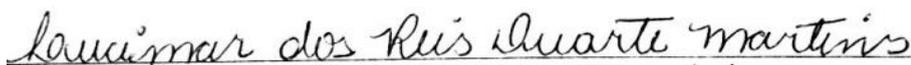
Anexo II

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos 10 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às 08 horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Profa. Olímpia Vaz dos Santos Silva (orientadora), Profa. Lucimar dos Reis Duarte Martins (membro), Profa. Kenia Cristina Bueno (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “O Gestão Educacional Democrática: Eleições para Diretores” da estudante **Paula Rogéria Ferreira dos Santos**, Matrícula nº 2018205221350419 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição da candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.



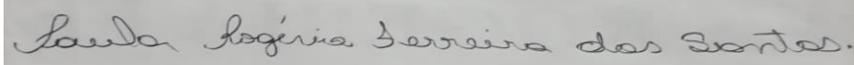
Orientador/Presidente da Banca



Membro



Membro



Acadêmica



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO- CIENTÍFICA

Tese (doutorado)

Dissertação (mestrado)

Monografia (especialização)

TCC (graduação)

Produto técnico e educacional - Tipo:

Artigo científico

Capítulo de livro

Livro

Trabalho apresentado em evento

Nome completo do autor: Paula Rogéria Ferreira dos Santos¹

Olímpia Vaz dos Santos silva ²

Matrícula: 2018205221350419

Título do trabalho: Gestão Educacional Democrática:

Eleições para Diretores

RESTRICÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

NÃO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /2022.

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e tecnologias. E-mail: paulad807@gmail.com

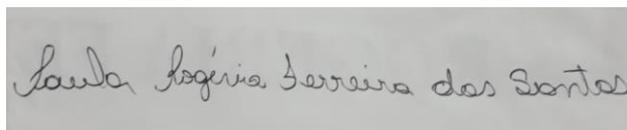
² Professora orientadora pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e tecnologias Goiano pedagoga, pós graduada em Metodologia da Educação Superior e Administração Escolar. Professora da Educação básica da rede estadual de Goiás. E-mail: olimpiavaz2021@gmail.com

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local Aragarças- Goiás
Data

28/09/2022



Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo: SIM



Assinatura do(a) orientador(a)

GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA: ELEIÇÕES PARA DIRETORES

Paula Rogéria Ferreira dos Santos¹
Olímpia Vaz dos Santos Silva²

RESUMO

O referido trabalho traz uma análise dos resultados feitos através de uma pesquisa bibliográfica sobre a Gestão Educacional Democrática: Eleições para Diretores, onde está fundamentada na Constituição Federal, na LDBEN, no PNE. Tendo como base metodológica uma abordagem qualitativa, utilizando-se do método de pesquisa exploratória, no qual tem o objetivo de proporcionar uma maior proximidade com o tema em questão. Atualmente existem mecanismos que possibilitam decisões coletivas no interior da escola, o que significa estar vivenciando uma democracia, embora os processos que envolvem estas decisões não são tão fáceis. Neste sentido é que buscamos entender como funciona a gestão escolar democrática e os processos para eleições de diretores nas escolas. A gestão democrática na escola busca facilitar o método de aprendizagem e tem como objetivo incluir toda a comunidade acadêmica em decisões, engajando ao máximo no desempenho dos alunos. As Eleições para diretores é uma das formas de democratização de uma escola, pois toda a comunidade escolar participa, compartilha interesse, projetos dentro da instituição de ensino, há quatro processos de escolha para diretores: sendo elas nomeação, concurso público, eleição e o esquema misto. Todavia a gestão democrática na escola, não ocorre apenas com a eleição direta para diretores, mas também depende da atuação dos conselhos escolares e da participação da comunidade nas tomadas de decisões.

Palavras-chave: Gestão Educacional. Eleições para Diretores. Democrática.

ABSTRACT

This paper brings an analysis of the results made through bibliographic research on Democratic Educational Management: Elections for Directors, which is based on the Federal Constitution, the LDBEN and the PNE. The methodological basis is a qualitative approach, using the exploratory research method, which aims to provide greater proximity to the subject in question. Currently there are mechanisms that enable collective decisions within the school, which means that we are experiencing a democracy, although the processes involving these decisions are not so easy. In this sense, we seek to understand how democratic school management and the processes for elections of school principal's work. Democratic school management seeks to facilitate the learning method and aims to include the entire academic community in decisions, engaging the students' performance as much as possible. The elections for directors and one of the forms of democratization of a school, because the whole school community participates, shares interest, projects within the educational institution, there are four processes of choice for directors: they are appointment, competition, election and the mixed scheme. However, democratic school management does not occur only with the direct election for directors, but also depends on the performance of school councils and community participation in decision-making.

Keywords: Democratic Management. Elections for Directors. Schools.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia 7º semestre, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia Goiano. paulad807@gmail.com

² Pedagoga, pós graduada em Metodologia da Educação Superior e Administração Escolar. Professora da Educação básica da rede estadual de Goiás. olimpiavaz2021@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste presente artigo foi abordado assunto sobre a gestão educacional democrática, onde o tema se delimita em eleições para diretores, pois, o princípio da gestão democrática que fundamenta as eleições para diretores deve fazer parte do cotidiano dos gestores. Tendo em vista que para garantir uma boa organização e funcionamento da escola, devem ser implantadas práticas educacionais escolares com excelência, no qual deve-se ter foco, coerência e consistência na ação do ensino educacional nas escolas. A LDBN 9394/96 no art.3.º, afirma a gestão democrática, como um dos princípios fundamentais, no qual o ensino público será ministrado no ambiente escolar, onde o propósito é de formar cidadãos responsáveis e honestos para viverem em sociedade.

O interesse por este tema se deu através das disciplinas do curso de pedagogia pelo Instituto Federal Goiano, no qual onde estudamos sobre a organização e gestão escolar, onde foram feitas pesquisas em livros e vídeos, assuntos de grande importância para uma ampliação na qualidade de ensino. A pesquisa permanece em andamento e servirá como conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Federal Goiano, tendo como foco a compreensão dos processos de eleições e os objetivos de uma gestão democrática, este modelo democrático da voz ao aluno, no qual promove uma boa qualidade no ensino, e para uma melhor compreensão partimos de pressupostos legais como a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Plano Nacional de Educação (PNE) entre outros que se fez importante para sua implementação.

Esta pesquisa se faz significativa, pois, a gestão educacional é um fator essencial, e se faz necessária para entendermos que os aspectos da gestão democrática são essenciais para a construção de uma boa gestão escolar, na qual objetiva analisar e conhecer a organização de uma gestão democrática que fundamenta a eleição para diretor.

Atualmente existem mecanismos que possibilitam decisões coletivas no interior da escola, o que significa estar vivenciando uma democracia, embora os processos que envolvem estas decisões não são tão fáceis. Neste sentido é que buscamos entender como funciona a gestão educacional democrática e os processos para eleições de diretores nas escolas.

O ideal democrático supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessados em formas diretas ou indiretas de participação. (Ferreira,2000. p.171).

A democratização na educação exige que a comunidade escolar tome uma posição efetiva no processo democrático para a escolha dos gestores escolares. A gestão das escolas públicas deveria ser sempre através da escolha direta, onde os profissionais da educação escolhidos, será o representante da comunidade escolar junto à sociedade.

Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 2001b).

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 sobre a Lei nº 9.394/96, onde intensifica a discussão sobre a participação da sociedade nas questões educacionais. No artigo 14, a Lei nº 9.394/96 detalham a viabilização da participação das comunidades na gestão democrática da escola, onde os sistemas de ensino definem as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolares, conselhos escolares ou equivalentes.

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

A gestão educacional democrática é uma das formas de democratização de uma escola, pois, toda comunidade escolar participa das eleições para diretores, compartilham interesses e projetos dentro da instituição de ensino, o processo de escolha para diretores é um diálogo aberto no processo de mudança, com objetivos comuns a serem alcançados coletivamente.

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e

país. [...] Há aí um sentido mais forte de prática da democracia, de experimentar formas não- autoritárias de exercício de poder, de intervir nas decisões da organização e definir coletivamente o rumo dos trabalhos. (LIBÂNEO 2004, P.102).

Entender como funciona a gestão educacional democrática e os processos para eleições de diretores nas escolas, busca facilitar o método de aprendizagem e tem como um dos objetivos incluir toda a comunidade acadêmica em decisões, engajando ao máximo no desempenho dos alunos, e a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (PP).

As eleições para diretores é uma das formas de democratização, na qual busca acabar com o sistema de práticas tradicionalistas prensadas no clientelismo, pois, toda a comunidade escolar participa das escolhas para diretores, compartilham interesses e projetos dentro da instituição de ensino.

Foram utilizados procedimentos metodológicos para desenvolver o referido estudo, através da utilização de pesquisas bibliográficas e tendo como fontes, autores como Freitas, Lück, Paro, Dourado, Teixeira, entre outros citados ao longo do texto, no qual, onde os dados foram analisados numa abordagem qualitativa, buscando fazer coletas de dados, entender e explicar fenômenos culturais e sociais e de forma gradativa possa ir construindo a resposta ao que se propõe. Segundo Severino, 2007, p.123 “a coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador,” “o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, 2007, p. 122). Tendo como natureza do trabalho a pesquisa básica e exploratória, com o objetivo de buscar mais informações sobre o assunto, e assim, possibilitando uma pesquisa de qualidade.

O primeiro ponto abordado, é sobre a gestão democrática e sua importância para um ambiente escolar. Segundo Oliveira, 2002, p.137 “a gestão implicaria participação e, portanto, a presença da política na escola”.

Outro ponto aludido, é sobre a eleições para diretores, nas quais são: nomeação, concurso público, eleição e esquema misto, diante da explanação destas modalidades, serão apresentadas as principais características de cada uma, para enriquecer e dar embasamento ao trabalho, foram feitas pesquisas bibliográficas através de artigos e livros. De acordo com Macedo (1994, p. 13), a pesquisa bibliográfica: “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com

o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação”.

A Gestão Educacional Democrática tem como objetivo garantir a qualidade no ensino e ações conjuntas no projeto político da escola, o qual tem um papel importante nas eleições para diretores, onde possibilitou a implantação de um sistema para acabar com as práticas tradicionalistas. Entende-se a escola como um lugar privilegiado, onde se implantou o processo democrático de escolha do diretor, e no qual envolve a participação coletiva.

A gestão democrática parte de um princípio na luta pela autonomia, no qual houve uma descentralização no exercício da cidadania, gratuidade do ensino, planejamento da coordenação, execução e fortalecimento, e as eleições para diretores no qual o diretor é uma figura importante, pois, tem como missão, criar mecanismos para uma gestão democrática e promover a qualificação da educação, foi a partir da década de 80, que começou o processo de escolha para diretores, no qual surgiram reivindicações para uma redemocratização política.

Entender como funciona a gestão educacional democrática e os processos para eleições de diretores nas escolas, busca facilitar o método de aprendizagem e objetivando-se a incluir toda a comunidade acadêmica em decisões.

É muito importante para uma gestão educacional democrática, haver eleições para escolha dos diretores, pois, a eleição é um ato de decisão que envolve responsabilidade e apoio mútuo, pois, o diretor é o principal responsável pela aplicação de uma política de atendimento às necessidades da comunidade escolar.

A gestão democrática, tem como princípio a participação de todos na democratização dos espaços escolares, no qual vem reforçar não só as diversas possibilidades de gerir os processos, mas também, como visão de uma gestão no qual a participação, traz seus preceitos e concretização na descentralização dos poderes, por meio das eleições nas quais ressaltam a democracia nas escolhas dos gestores.

Esta pesquisa está dividida em duas seções onde a primeira, aborda sobre o processo democrático que norteia a gestão escolar e a segunda seção, discorre sobre a importância dos processos de eleições para diretores na escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão democrática surgiu primeiramente no meio industrial, e no âmbito escolar se deu somente na segunda metade do século XVIII juntamente com a revolução industrial e também com todas as mudanças vividas naquela época.

A gestão educacional democrática tem sua base no sistema de ensino Federal, Estadual, Municipal e no Setor Privado e tem a participação coletiva de pais, alunos, professores, funcionários e gestores. A gestão democrática está fundamentada na constituição Federal na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e o PNE (Plano Nacional da Educação), sendo obrigatória nas instituições de ensino, está definida na LDB, lei nº 9.394/96 no (Art.3.º, inciso VIII, art. 14 e15) e na Constituição Federal no (Art.206.incisoVI). Para que ocorra o processo de elaboração do PP (Projeto Pedagógico) de acordo com a LDB Art.14 inciso I, se faz necessário a participação dos profissionais da educação. De acordo com Vieira (2006, p. 29) “a Constituição Federal define a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, nesse contexto o Art.15 da LDB, fala sobre uma gestão integrada com uma autonomia pedagógica, administrativa e financeira, no qual não pode haver desvios de verbas, que haja uma gestão honesta, íntegra, sem abuso de autoridade dentro do ambiente escolar.

A constituição Federal de 1988 já apontava para modificações necessárias na gestão educacional, com vistas a imprimir-lhes qualidade. Do conjunto dos dispositivos constitucionais sobre educação, é possível inferir que essa qualidade diz ao respeito caráter democrático, cooperativo, planejado e responsável da gestão educacional, orientado pelos princípios arrolados no artigo 206 da mesma. Entre estes, colocam-se a garantias de um padrão de qualidade do ensino e a gestão democrática (FREITAS, 2000, p. 58).

A luta pela democracia educacional, obteve grandes avanços no decorrer dos anos, segundo na constituição Federal de 1988, um dos avanços está no art.206.

O artigo 206 refere-se que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Segundo a autora Eloisa Lück, a gestão educacional tem como princípio a educação democrática e participativa, o qual é responsável em estabelecer um direcionamento, sustentar e dinamizar o ensino nas escolas. Segundo a autora a gestão educacional tem como perspectiva uma estruturação organizada no qual tem o objetivo de promover, organizar, mobilizar e articular todas as estruturas necessárias para garantir os processos socioeducacionais.

A gestão escolar dos sistemas de ensino e de suas escolas constitui uma dimensão e um enfoque de atuação na estruturação organizada e orientação da ação educacional que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições estruturais, funcionais, materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais (LUCK, 2010, p. 26).

Para Dourados a gestão democrática tem um amplo sentido, e houve uma descentralização no exercício da cidadania, gratuidade do ensino, planejamento da coordenação, decisão e execução, fortalecimento, efetivação e autonomia das unidades escolares, exigência de plano de carreira, etc., todos fazem parte do princípio da gestão democrática que tem como princípio a luta pela autonomia.

Gestão democrática como princípio de luta em prol da efetiva autonomia, compreendida como capacidade de cada povo de autogovernar-se. A efetivação desse processo de democratização da gestão da escola pública implica, portanto, a partilha do poder, a sensibilidade para conduzir a escola, a partir das demandas da comunidade escolar, e a tomada de decisões e escolhas responsáveis e coletivas. (DOURADO, 2006, p. 46).

Segundo Dourado a gestão democrática requer a efetivação de novos processos de organização e gestão, coletivos e participativos nas decisões. “A análise da gestão educacional pode se realizar por meio de vários recortes e planos (...) importando sobre maneira, apreendê-lo no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proporção e materialidade”. (DOURADO, 2007, p. 822).

Para Vitor Paro, é de suma importância a instalação de uma gestão democrática na escola, para poder criar mecanismos de intervenção e participação coletiva. Hora diz que: “A participação é um direito e um dever de todos que integram uma sociedade democrática, ou seja, participação e democracia são dois conceitos estreitamente associados.” (HORA, 1994, p.55).

Se quisermos caminhar para essa democratização, precisamos superar a atual situação que faz a democracia depender de concessões e criar mecanismos que construam um processo inerentemente democrático na escola. [...] Não basta, entretanto, a necessidade de participação da

população na escola. É preciso verificar que condições essa participação pode tornar-se realidade. (PARO, 2005, p. 19-40).

Anísio Teixeira na década de 30, considerava a municipalização da educação como sendo mecanismo de descentralização, ao qual apoiaria as instâncias públicas de autonomia, beneficiaria a democratização da educação, “[...] um regime especial de distribuição dos poderes públicos encarregados de ministrá-la, de modo que, em ordens sucessivas, a União, o Estado e o Município se vejam com parcelas diversas e conjugadas de poder e responsabilidade” (TEIXEIRA, 1967, p.67).

Para Mendonça (2001) a gestão democrática está compreendida entre dois processos; um processo eleitoral que tem um fator essencial no exercício da democracia e o outro, dentro das reivindicações dos movimentos sociais. É um processo ao qual melhor se concretizou contra o clientelismo e o autoritarismo na gestão educacional.

A gestão democrática que está assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Art. 12º no qual diz que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. (BRASIL, 1996).

Pouco tempo atrás, com a aprovação do PNE, lei de n. 013.005/2014 trouxe a questão da gestão democrática em seus artigos e também em seus anexos “metas e estratégias”, no qual fala sobre o processo de avaliação contínuo, apoio financeiro a gestão escolar e prazo de 2 anos para a efetivação da gestão democrática 7.4, 7.16 e 19. A gestão democrática é apresentada como nas outras Leis mencionadas, porém, acrescidas de metas e estratégias a serem cumpridas dentro dos prazos.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014).

No Brasil, para a escolha de um diretor, conforme Padilha (1998), se dá: “através da tradicional nomeação pelo poder público, dificilmente aceita como

“democrática”, ainda que associada ou precedida de lista de candidatos indicada pela comunidade escolar;”

O diretor é uma figura importante, pois, tem como missão criar mecanismos para uma gestão democrática e promover a qualificação da educação, pois, segundo as ideias de Saviani (1996, p.208) “[...] o diretor de escola, é antes de tudo um educador; antes de ser um administrador ele é um educador”.

O gestor escolar deve inserir sua comunidade no processo e nas práticas educativas o qual devem despertar o interesse dos segmentos, mostrando a importância da inserção de todos na administração da escola. O processo de escolha de diretores é um marco na história da educação.

Foi a partir da década de 80 que começou o processo de escolha para diretores no qual surgiram reivindicações para uma redemocratização política. O principal motivo para esta implementação foi para acabar com as práticas tradicionalistas e somente depois de ter elaborado um projeto político pedagógico pode ser escolhido.

Segundo Scalabrin (2016), a norma de direito constitucional da gestão democrática do ensino público é um preceito permanente em disputa que experimenta os avanços e os retrocessos ao longo da história da formação e escolha de diretores escolares.

A democratização da gestão da educação e das instituições educativas, com garantia de participação de todos os segmentos da comunidade escolar na definição e realização das políticas educacionais, com eleição direta de diretores escolares e reitores e formas colegiadas de gestão, é reivindicação recorrente dos movimentos educacionais [...] (SCALABRIN, 2016, p. 9).

A democracia na escola está aberta para uma série de questões, ao qual envolve deveres e direitos dos alunos e funcionários, possibilitando diálogos entre membros da comunidade escolar, buscando-se assim proporcionar uma efetividade com uma gestão participativa dos pais, estudantes, funcionários e professores através dos votos.

Segundo Moacir Gadotti e José E. Romão (2004) existem quatro classificações para nomear diretores, que são elas: nomeação, concurso público, a eleição e o esquema misto.

Nomeação

A nomeação acontece por meio da prática de indicação do diretor, essa escolha se dá através do Poder Executivo, para Gadotti e Romão (2006), essa forma de escolha não mostra segurança para a gestão democrática e nem para o profissional, podendo mudar a gestão a qualquer momento, dependendo da conveniência política tornando-se assim uma prática clientelista. E em troca dessa nomeação, os diretores devem ter obediência ao partido que indicou, administrando conforme eles querem, e o seu trabalho não pode contrariar o partido responsável por sua nomeação, qualquer contrariedade poderia ser motivo para sua demissão, e conseqüentemente a indicação de outro diretor que atenderia aos interesses dos governantes.

O provimento por indicação obedece principalmente a critérios políticos, cabendo ao deputado, vereador, prefeito ou, até mesmo ao chefe do diretório partidário, a indicação daqueles que devem ser nomeados. Muitas vezes, a escolha acaba recaindo sobre indivíduos sem nenhuma vinculação com a escola ou com a comunidade. [...] Desta forma, no processo de indicação, além ou a despeito dos requisitos de ordem técnico-profissional, impera uma condição mais importante, a da habilitação política para o exercício da função, sendo o mandachuva local o responsável por determinar quem está, ou não, habilitado politicamente para ocupar a direção de uma unidade escolar. Esse procedimento está ligado às raízes patrimonialistas da formação do Estado brasileiro, que permitem sustentar relações de troca de favores na ocupação do emprego público como lógica de seu funcionamento. [...] Esse procedimento caracteriza o fenômeno do clientelismo, por meio do qual, políticos profissionais oferecem ajuda pública ao seu alcance como cargos, empregos e recursos públicos, chancelas estatais e todo o tipo de privilégios que seu status lhe permite obter, em troca de apoio e fidelidade pessoal. (MENDONÇA 2000, p.178-180).

Porém, a indicação política transforma o diretor em um representante do poder local ou regional da escola, o qual dá maior quietude a esses governantes, sendo investido de competência para tomar todas as decisões, administrando como convém aos responsáveis pela sua indicação, e para eles não interessam a construção da democracia na escola, no entanto, alguns representantes políticos se mostram favorável à democratização da escola, mas algumas atitudes dos mesmos mostram suas reais intenções.

“O que caracteriza a indicação de diretores para as escolas passa fortemente pelo pagamento às pessoas que se envolveram na campanha dos candidatos eleitos, principalmente se estão do lado dos candidatos eleitos, principalmente se estão do lado dos governados via as alianças partidárias” (DOURADO; COSTA, 1998, p.35)

Segundo Novais (1996, p.68), a nomeação refere-se sobre uma indicação política, a qual favorecia amigos ou parentes que estavam subordinados ao grupo político que estava no poder. Almeida (2004) ao citar Victor Paro destaca que:

[...] as consequências dessa prática resultavam que o diretor empossado, na maioria das vezes, não era professor, desconhecia a problemática educacional e não tinha nenhum vínculo com a escola ou com a comunidade. Uma segunda e grave consequência era o fato de o diretor escolar indicado de forma clientelista permanecer ocupando o cargo de forma indefinida e sem qualquer avaliação. A indicação pura e simples do diretor escolar encerra uma dimensão antidemocrática, trata-se de uma restrição da participação democrática da população junto à escola enquanto a escolha do diretor escolar por meio de concurso público parece uma forma de combate ao clientelismo na educação. (Paro apud ALMEIDA, 2004, p.110)

Mendonça descreve, que para um político ter como aliado um diretor de escola e o mesmo que ter o total controle da instituição, estabelecendo-se assim então trocas de favores.

Para o político profissional, ter o diretor escolar como aliado político é ter a possibilidade de deter indiretamente o controle de uma instituição pública que atende diretamente parte significativa da população. Para o diretor, gozar da confiança da liderança política é ter a possibilidade de usufruir do cargo público. Estabelecem-se, desta maneira, as condições de troca de favores que caracterizam o patrimonialismo na ocupação do emprego público. Essa forma de provimento, que denominei indicação, baseia-se na confiança pessoal e política dos padrinhos e não na capacidade própria dos indicados, ficando distante da ordenação impessoal que caracteriza a administração burocrática. A exoneração segue, nesse sentido, a mesma lógica. Na medida em que o beneficiado com o cargo perde a confiança política do padrinho, a exoneração é acionada como consequência natural, como o despojamento de um privilégio (MENDONÇA, 2001, p. 89).

Concurso Público

A escolha se dá através de provas, sendo elas uma escrita e outra de títulos, impedindo assim o clientelismo, podendo ele não corresponder aos objetivos políticos e educacionais da escola, entretanto, não se comprometer com a gestão democrática.

Segundo Marés,1983.Dourado 1990/1991 e Paro,1996 é a melhor forma de contratação para um serviço público, no qual são submetidos a uma prova de conhecimentos e somados com os títulos. Uma das críticas apontadas é que somente avalia a competência técnica dos candidatos, sabendo-se que para administrar uma escola exige-se muito mais, como a capacidade de liderança, outro ponto onde é criticado e a permanência na direção tornando se quase vitalício, aguardando sua aposentadoria, no qual pode haver uma acomodação deste profissional, não tendo compromisso com a escola, os alunos e nem com a comunidade. De acordo com Paro:

Um fator que agrava a circunstância do diretor com a escola e seus usuários é o fato de, em geral, o concurso está vinculado a estabilidade do cargo para

a qual ele é feito. Para quem examina em profundidade o funcionamento real da escola pública onde o concurso para o cargo de diretor é a regra, como no sistema público estadual Paulista, não é difícil perceber a intensidade com a qual essa estabilidade quase vitalícia do cargo concorre para determinar o descompromisso do diretor com objetivos educacionais articulados com os interesses dos usuários e induz à negligência para com formas democráticas de gestão. (PARO apud op cit, p.158)

Segundo diz Dourado e Costa, sobre concurso público a “[...] morosidade e maior dificuldade em demitir ou exonerar” no qual “[...] concurso não se mede a parte prática, o desempenho como diretor, sua liderança, etc.” (DOURADO; COSTA,1998, p.54).

Em comparação com a nomeação, o concurso público tenha assumido uma natureza democrática, no qual o diretor escolhe a escola, porém, segundo Vitor Paro “O diretor escolhe a Escola, mas nem a Escola nem a comunidade podem escolher o diretor” (PARO,1992, p.44). Gracindo diz que:

O concurso [...] revigora a concepção de meritocracia. Os adeptos desta forma parecem reforçar a tese da ideologia pós-liberal que destaca a neutralidade política e supremacia da técnica na administração. Quem poderá garantir uma administração democrática é não uma administração “teleguiada” pela ideologia hegemônica, como decorrência natural de um processo seletivo, onde a competência técnica é a dimensão privilegiada (Gracindo,1995, p.152).

Eleição

Este processo ocorre através da vontade da comunidade escolar, onde prevalece a escolha através de voto direto unânime, ou por listas tríplices, ou plurinominais, favorecendo assim o processo democrático escolar, na qual toda comunidade escolar pode cobrar do diretor sua co-responsabilidade, é uma modalidade democrática já que este processo se inicia através de eleição dos representantes do colégio eleitoral.

Almeida cita que:

[...] a escolha por eleição pode ter por finalidade o voto uninominal onde será eleito o candidato mais votado; ou a elaboração de listas plurinominais, também chamada de lista tríplice, cuja escolha final recai sobre o agente do Estado e que (...) a nomeação do diretor escolar pelo agente do Estado traz em si a marca do clientelismo político, 9199 esse “curral eleitoral” favorece o grupo instalado no poder e a perspectiva de conservação desse poder político (ALMEIDA 2004, p.110)

Segundo Corrêa “devido al relativamente curto espaço de tempo que é o diretor permanece na função, a sua proposta de trabalho apresentada à comunidade escolar exerce uma grande importância para um adequado encaminhamento da sua administração à frente da escola” (CORRÊA.1995, p.29). O diretor não cumprindo a proposta apresentada na eleição, poderá não ser reeleito, no qual a comunidade poderá não votar mais fazendo se então a destituição, a eleição garante a democracia no interior da escola, mas também existem diversos elementos que favorece esta forma de gestão, na época a eleição para diretores estava atribuído à mesma pelo contexto histórico, pois, estávamos no momento de transição do autoritarismo para o regime democrático uma luta de toda a sociedade. Os Diretores indicados representavam o autoritarismo, porém, alguns grupos se organizaram tomando a bandeira da eleição para diretores como forma de democratização escolar. Para Mendonça a eleição é um papel importante na gestão democrática, “a importância desse elemento da gestão democrática é compreensível pela vinculação do processo eleitoral com a democracia e pelo espaço que esse mecanismo ocupou como bandeira de luta dos movimentos sociais”. (MENDONÇA 2000, p.172).

Ao discutir sobre Eleição de diretores, Mendonça diz ser compreensível com importância desse elemento de gestão democrática.

[...] no Brasil, no início da década de 1980, a discussão sobre gestão democrática foi polarizada pela questão da indicação de dirigentes escolares, de tal modo que a luta dos movimentos sindicais pela implantação de processos democráticos de escolha de diretores fez que a ampla temática da gestão democrática fosse, de certa maneira, reduzida erroneamente a esse mecanismo (MENDONÇA, 2000, p. 172).

Bobbio se refere a está condição como direito de liberdade, na qual expressamos opiniões próprias.

[...] mesmo para uma definição mínima de democracia, como é a que aceito, não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria (ou, no limite, da unanimidade). É indispensável uma terceira condição: é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação etc. (BOBBIO, 2000, p. 32)

Segundo Corrêa (1995) entende-se como aspecto central da eleição, o maior reconhecimento da comunidade escolar ao diretor, quando este passou por um

processo de escolha, destacando ainda como inovação, o tempo e permanência desse dirigente como responsável pela Unidade de Ensino, e com isso haveria uma maior alternância de pessoas, eliminando então assim a cristalização do profissional na função.

Em comparação entre a eleição e o concurso público Oliveira afirma que, na eleição é possível que a comunidade repense nas suas escolhas após o cumprimento do mandato, enquanto ao concurso somente se altera por ocasião da aposentadoria ou da remoção do diretor.

A importância da proposta de trabalho é uma vantagem na forma de provimento da eleição, Corrêa (1995) diz que “devido ao relativamente curto espaço de tempo que o diretor permanece na função, a sua proposta de trabalho apresentada à comunidade escolar exerce uma grande importância para um adequado encaminhamento da sua administração à frente à escola”. A eleição isolada não garante a democracia no interior da escola, mas ela apresenta diversos elementos que propicia esta forma de gestão, os diretores indicados politicamente, representavam ali a presença do autoritarismo, centralizando em si todo poder, o que levou alguns grupos a se organizarem, e então, erguendo a bandeira da democratização em razão da eleição para diretores escolares.

Segundo Mendonça

[...] pela vinculação do processo eleitoral com a democracia e pelo espaço que esse mecanismo ocupou como bandeira de luta dos movimentos sociais de fato, no Brasil, no início da década de 1980, a discussão sobre gestão democrática foi polarizada pela questão da indicação de dirigentes escolares, de tal modo que a luta dos movimentos sindicais pela implantação de processos democráticos de escolha de diretores fez com que a ampla temática da gestão democrática fosse, de certa maneira, reduzida erroneamente a esse mecanismo (MENDONÇA 2000,p.172).

Lista tríplice ou plurinominais

Através da eleição, a comunidade escolar escolhe três candidatos, para que um deles possa ser indicado como diretor pelo poder público, segundo Bertan (1996,p.119) “ a lista tríplice representou um avanço quanto ao critério anterior, por envolver uma escolha colegiada em que os professores e funcionários decidem por três nomes, que se submetem à vontade política para designação do diretor”, a formação da lista tríplice não é a forma mais democrática de um processo, porém, caso houver mais de três candidatos participando do processo, a comunidade tem a

oportunidade de no mínimo, excluir os candidatos se considerá-los inadequados para o cargo.

Paro (1996) nos diz que, apesar das críticas que possam fazer, é mais avançado do que a nomeação pura e simples. Paro ainda sustenta sua afirmação pelo fato de haver um envolvimento da comunidade escolar, no processo eleitoral, rompendo com a situação em que os participantes da escola apenas aceitam passivamente a vontade dos governantes.

Esquema Misto

A escolha do diretor é feita de diferentes formas, por provas de conhecimentos, liderança, administração, e decisões tomadas pelo conselho da escola, neste processo a comunidade tem participação, criando-se assim vínculo diretor, escola.

Professores, funcionários, alunos e pais participam das eleições para a escolha de um gestor, demonstra que ser seres históricos constroem e concretizam um futuro, Freire nos afirma que:

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida [...] Gosto de ser gente porque história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismos. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade (FREIRE, 1996, p.53).

Segundo Alonso considera-se que a função de um diretor é bem mais extenso do que a administração dos recursos “A partir das modernas concepções de administração enfatizam-se o aspecto decisório mais que o executório, mostrando a figura do diretor como responsável pelo bom êxito escolar e não pelo seu simples e mecânico funcionamento”. (ALONSO, 1988, p.184). O diretor tem grandes desafios como também é responsável pela construção da consciência crítica com passividade, obediência dentro do ambiente escolar.

O grande desafio do diretor escolar constitui-se, portanto, em atuar de modo a conhecer os valores, mitos e crenças que orientam as ações das pessoas que atuam na escola e como se reforçam reciprocamente e, em que medida esses aspectos desassociam ou distanciam dos objetivos, princípios e diretrizes educacionais. E ainda, em compreender como sua própria postura interfere nesse processo, para então, atuar de modo a promover a superação do distanciamento porventura existente entre os valores vigentes e os objetivos educacionais (LÜCK, 2009b, p.121)

Entende-se que por meio de adoção desse esquema misto, tem a possibilidades de a comunidade escolar participar de uma ou mais etapas deste processo seletivo, garantindo então uma maior interação e compromisso entre a direção escolhida e os usuários da escola.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho foi realizado, utilizando-se dos métodos de pesquisa qualitativa, o qual buscou fazer coletas de dados, buscando-se assim entender fenômenos culturais e sociais.

Segundo Turato (2005), “as pesquisas que utilizam o método qualitativo devem trabalhar com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões”.

Tendo como natureza do trabalho a pesquisa básica, ao qual visa ampliar os conhecimentos sobre determinado tema não havendo prática do resultado, ela pode ser classificada em avaliação e diagnóstico.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado o método de pesquisa exploratória, ao qual tem o objetivo de proporcionar uma maior proximidade com o problema, buscando por mais informações sobre o assunto e assim possibilitando que haja uma pesquisa com qualidade.

Segundo Gil (1991), as “pesquisas exploratórias objetivam facilitar familiaridade do pesquisador com o problema objeto da pesquisa, para permitir a construção de hipóteses ou tornar a questão mais clara”.

Foi utilizado neste trabalho, a técnica de pesquisa bibliográfica, sendo feitos levantamentos e coletas de dados sobre o tema proposto, na qual foi importante para o conhecimento e fornecimento de informações necessárias para um levantamento de hipóteses e colocando-as em práticas.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica é uma base teórica para o estudo, tendo que buscar fontes confiáveis para o desenvolvimento do texto. Para Freitas é importante que se

verifique a veracidade dos dados levantados. “[...] Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54)”.

A pesquisa bibliográfica é uma das etapas fundamentais para realizar trabalhos acadêmicos fazendo-se suporte para qualquer tipo de pesquisa. Segundo Andrade, a pesquisa consiste-se em ser um ponto importante para as atividades acadêmicas.

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

Este levantamento foi realizado entre o período de agosto de 2021 a março de 2022, e foram levantados dados sobre a Gestão Educacional Democrática e a Eleições para Diretores.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram artigos, livros, sites, etc. As pesquisas tiveram o propósito de buscar informações sobre os conteúdos propostos, foram realizadas leituras de todos os materiais bibliográficos onde se extraíram todas as informações, buscando dar embasamento, fundamento e conhecimento sobre o referido assunto, as fontes utilizadas para esta pesquisa, foram autores como Lück (2011), Turato (2005), Gil (1991), Ferreira (2000), Dourado (2006), Severino (2007), Mendonça (2000), Moacir Gadotti e José Romão (2006), Costa (1998), Andrade (2010) dentre outros autores mencionados no corpo do texto e na referência bibliográfica autores esses que têm se dedicado na construção conceitual da gestão democrática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das pesquisas feitas através dos artigos científicos, teses e de livros, as quais foram feitas através de site na qual abordam a gestão democrática e eleições para diretores, nos últimos anos evidencia a importância que vem sendo dada a essa temática. Após a promulgação da Constituição Federal/88, da LDB/96, PNE,

instrumentos esses de grande importância para uma democracia na escola, e em várias produções científicas, observa-se a crescente discussão sobre a temática, tornando relevante as análises dos aspectos qualitativos desta pesquisa, como já foi discutido no referencial teórico deste estudo.

Observa-se que ocorreu nas últimas décadas uma luta pela democracia, a descentralização no exercício, fortalecimento etc., no qual fazem parte da gestão democrática onde o começo é a luta pela autonomia, existem dois processos de gestão democrática, um processo de eleições e outro das reivindicações dos movimentos sociais.

Entendemos que as eleições para diretores é uma das importantes ações para constituição da gestão democrática na escola, o diretor é uma figura importante pois tem a missão de criar mecanismo para uma gestão democrática, a quatro classificações para nomear os diretores. São elas nomeação, eleições, concurso público, esquema misto, firma Garske e Torres (2000, p.67) “Não é possível pensar em democracia plena sem sujeitos democráticos para exercê-la”. Este processo de eleição se faz necessário, para que seja fortalecido as políticas sociais, no qual poderão formar sujeitos no contexto da gestão escolar.

O que ocorre com a escolha de diretores por nomeação/indicação é a permanência indeterminada dos diretores à frente da gestão da escola ou de acordo com os mandatos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das revisões e análises bibliográficas foi evidenciado que a gestão democrática como política educacional, não pode ser somente uma proposta da administração, mas sim atingir toda escola e comunidade. É de grande importância que pais, professores, conselhos, funcionários participem da proposta pedagógica da escola para que ela seja, dentro do possível, democrática e participativa. A gestão democrática é educação para todos.

A gestão democrática é um processo complicado, mas possível, e não apenas pela eleição de diretores, mas principalmente pela elaboração do projeto pedagógico, no qual é um grande articulador dos processos democráticos de uma escola.

Diante do que procuramos expor, ressalta-se que uma gestão de educação está orientada por princípios democráticos é participativo no ensino público, no qual

favorece o enriquecimento na qualidade da educação. Do mesmo jeito que a participação é um processo de aprendizagem, o exercício da democracia também é, e com isso, consegue favorecer a formação de novos sujeitos políticos, cheio de valores democráticos, no qual vai de encontro com as aspirações populares e com as novas exigências de uma convivência humana.

A partir dos anos 80 e 90, novas demandas foram impostas para a escola, na qual se iniciaram os processos de descentralização, dando maior autonomia para decidirem e resolverem sobre as suas questões cotidianas, no entanto, ampliaram-se as responsabilidades da gestão escolar.

Diante das análises feitas, as eleições para diretores escolares são consideradas como um mecanismo da gestão democrática na escola, onde a qual representa uma capacidade de mudança nas relações de poder e de autoridade, é por meio dela que os espaços de participação da comunidade escolar e os mecanismos de controle social podem ser ampliados. Além disso, as eleições diretas de diretores escolares podem reduzir a cultura do favor do clientelismo, características das indicações políticas.

Todavia, a gestão democrática na escola, não ocorre apenas com a eleição direta de diretores escolares, mas também depende da atuação dos conselhos escolares e da participação da comunidade nas tomadas de decisões, pois, com poder centralizado na figura do diretor enfraquece a instituição.

Este trabalho teve por finalidade, esclarecer como é o processo de eleição para diretores, assim como, o papel do diretor é essencial à frente da gestão democrática, onde deve-se exercer uma liderança, na qual incentive o desenvolvimento e o compromisso pedagógico, com responsabilidade e qualidade de uma forma criativa no processo educacional.

Antes da gestão democrática reinava-se na escola o autoritarismo, onde somente o diretor tomava as decisões, negando assim a participação social ou participação democrática do grupo.

Já nos dias atuais, o diretor é importantíssimo dentro da escola, pois, tanto ele pode auxiliar como também pode dificultar a implantação da gestão democrática, embora todas as leis que asseguram as escolas para que estejam envolvidas neste tipo de gestão, algumas ainda estão no tempo ditatorial onde predomina-se o autoritarismo.

Os resultados obtidos neste trabalho contribuem para o reconhecimento da necessidade de uma Gestão Democrática no provimento ao cargo de diretor, tanto no que se trata da escolha, quanto referente a construção da boa qualidade do ensino.

Conclui-se então que a gestão democrática e a eleição de diretor são a forma mais eficiente para se alcançar uma gestão participativa, e uma administração onde tem a transparência e autonomia nas tomadas de decisões, na qual a comunidade tenha uma participação livre dentro da escola.

A gestão democrática é uma parte integrante desse quebra-cabeça, procurando oferecer uma boa educação para que possa sair cidadãos capacitados e com pensamentos críticos, responsáveis, honestos, capacitados e com vontade de mudar a sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Luciano Ferreira de. **Concepções de gestão escolar e eleição de diretores da escola pública do Paraná**. 2004. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2004
- ALONSO, Myrtes. **O papel do diretor na administração escolar**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- AQUINO, L.M.S. **Formulação do Plano Nacional de Educação 2014-2024: a gestão democrática da escola na política pública**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015, 250 f.
- BERTAN, Tereza Canhada. **Os cargos de direção das escolas públicas do Paraná: a trama das relações de poder**. 1996. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas 1996
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BRASIL 2014. **Lei Federal n. 13.005** Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-aco-es>. Acesso em 27/03/2022.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- _____. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CORRÊA, João Jorge. **Eleições para diretores na rede municipal de ensino de Belo Horizonte- MG o período de 1989 a 1994.1995**. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas,1995.

DOURADO, Luís Fernandes; COSTA, Messias. **Escolha de dirigentes escolares no Brasil**: relatório final de pesquisa. Brasília: ANPAE,1998

DOURADO. Luís Fernandes. **Políticas e Gestão de Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas**: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, nº 100, p. 921. 947. Aut. 2007.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação para uma formação humana**: conceitos e possibilidades. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 167-177, fev./jun. 2000.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS.L.C. **Organização do Trabalho Pedagógico**. Porto Alegre: Artes Medicas2000

GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez Editora: IPF, 2004

GARSKE, L.M. TORRES, Artemis. **Diretores de escola**: o desacerto com a democracia. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p.60-70, fev./jun. 2000

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Democratização da educação e educação democrática: duas faces de uma mesma moeda. Revista **Ensaio**, v.3, n.7, 1997, p.149-156.

HORA, Dinair. Leal da. **Gestão democrática na escola**: Artes e ofícios da participação coletiva. 15º ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. - Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloisa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**, volume 2. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba, Editora Positivo, 2009

MARÉS, Carlos. Eleição de diretores e democracia na escola. Revista da **ANDE**, São Paulo, v.3, 1983, p.49-50.

MENDONÇA, E. F. **A regra e o jogo**: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas: FE/UNICAMP, 2000.

_____. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. Revista **Educação & Sociedade**. v. 22, no 75, p. 84-108, agosto/2001

NOVAES, Ivan Luiz. **Democratização da gestão da educação**: um estudo da eleição de diretores e vices- diretores das escolas da rede municipal de ensino de Salvador.1996. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador1996.

OLIVEIRA, Djalma Pinho Ribeiro. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologias e práticas.18 ed. São Paulo: Atlas,2002.

PADILHA, P. R. **Diretores e gestão democrática da escola**. In: BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto Salto para o futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico., Brasília: MEC, 1998. p. 67-78.

PARO, Victor. Henrique. **Eleição de diretores**: a escola pública experimenta a democracia. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo, Ática, 2005.

_____. natureza do trabalho pedagógico. Revista da **Faculdade de Educação**, São Paulo, v.19, n.1, p.103-109, jan/jun.1993

_____. Participação da comunidade na gestão democráticas da escola público. **Série Ideias**, São Paulo, n.12, p.39-47,1992

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SAVIANI, Demival. **Saberes Implicados na formação do educador**. In: Formação do Educador: dever do Estado, tarefas da Universidade. BICUDO, M.A. V; SILVA JUNIOR, C.A da (Orgs), VL.1. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996

SCALBRIM, Ionara Soveral. **Gestão Democrática do Ensino e Eleições para Diretores**. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo4_IONARA-SOVERAL-SCALABRIN.pdf. Acesso dia 18 de mar.2022

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, A. S. **Educação é um direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

TURATO E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Revista de **Saúde Pública**, 2005. Jun. 39(3):507-14

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação e gestão: extraindo significado da base legal. In: LUCE, Maria Beatriz e MEDEIROS, Isabel Pedroso de, (Org.) **Gestão**

escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.